Revista da

ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XXII nº 89 Abr/Mai/Jun 2015 | ISSN 0104-8503

Itamaraty aperfeiçoa canais de diálogo e participação

DIRETORIA DA ADB

Embaixadora Vitoria Alice Cleaver - Presidente

Ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho - Vice Presidente

Ministro Adriano Pucci - Diretor

Conselheiro João Frederico Abbott Galvão Jr - Diretor

Secretário Leandro Araújo - Diretor

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Francisco Hermógenes de Paula

SECRETARIADO DA ADB

Gerente administrativo - Térsio Arcúrio

Assistente administrativa - Jacqueline Francisca da Cruz

PARCERIA ENTRE A ADB E O INSTITUTO RIO BRANCO (IRBR) LANÇA A SÉRIE DE ENCONTROS

BASTIDORES DA DIPLOMACIA

Grandes nomes da diplomacia brasileira compartilharão suas experiências de negociações tensas, visitas de Estado históricas, guerras civis e outros momentos "extremos", dos quais participaram diretamente ou foram testemunhas oculares.

Os encontros acontecerão no IRBr e as datas serão divulgadas no boletim diário, no *site* e na *fanpage* da ADB no Facebook.

Mais informações pelo e-mail **adb.diplomatas@gmail.com**.

EXPEDIENTE

ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XXII – nº 89
Edição Abril/Maio/Junho de 2015 – ISSN 0104–8503

CONSELHO EDITORIAL
Vitória Alice Cleaver
Ronaldo Costa Filho
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Adriano Silva Pucci
Felipe Costi Santarosa
João Frederico Abbott Galvão Júnior
Márcia Canário de Oliveira
Leandro Rocha de Araújo

TEXTOS
Embaixador Gonçalo de B. C. e Mello Mourão
Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessoa
MSC Sônia Regina Guimarães Gomes
MSC Guilherme Parreiras Horta
TS Márcia Canário de Oliveira
TS Marcos Vinicios de Araujo Vieira
TS Laura Berdine Delamonica
OC Felipe Dittrich Ferreira
OC Leandro Diaz Napolitano
Carolina Vilalva
Celina Bühler da Silva
Mariana de Ávila
Rogério de Souza Farias

EDIÇÃO
Ronaldo de Moura

REVISÃO
Ana Cristina Paixão

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÂO
Wagner Ulisses

IMPRESSÃO
Teixeira Gráfica e Editora
TIRAGEM
3.000

SUMÁRIO

4 Carta aos Associados
5 Plano de vôo
8 Superação das discriminações por gênero e raça no Itamaraty
10 A política externa brasileira de gênero e raça
13 Será a reeleição a causa da corrupção?
14 CPPD: por um Itamaraty acessível e inclusivo
16 Senhoras e senhores: a família
18 Pro domo nostro
22 Terremoto no Nepal: tragédia, desafios e solidariedade
25 Desafios dos fluxos migratórios mistos à luz da tragédia no Mediterrâneo
28 Precisamos conversar sobre a educação de nossos filhos
32 Prata da Casa

Capa

Itamaraty aperfeiçoa canais de diálogo e participação

Plano de vôo

Esta edição da Revista da ADB, com apresentação reformulada, buscou dar visibilidade aos comitês de promoção da equidade no Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR) e Comitê para a Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência (CPPD) – e à criação da Associação dos Familiares e Servidores do Itamaraty (AFSI).

A edição também aborda a atuação do Brasil para a promoção dos direitos dos afrodescendentes e das mulheres, os 70 anos do Instituto Rio Branco (IRBr) e a atuação da nossa embaixada durante a crise no Nepal. Trata, ainda, dos refugiados no Brasil e no mundo e da educação dos filhos dos diplomatas.

A nova diretoria tem reforçado a interlocução com as chefias da Casa e priorizado os mecanismos de comunicação com associados. Desse modo, foi criado um perfil da associação no Facebook e contratada uma empresa para modernizar nosso site. A ADB pretende uma aproximação com todas as instâncias da carreira, como recomendou o Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese.

Em visita ao Diretor do IRBr, propusemos a realização de encontros dos alunos com embaixadores aposentados para que estes possam compartilhar momentos especiais de suas carreiras. A proposta foi bem recebida pelo Embaixador Gonçalo de Melo Mourão: "Os bastidores da diplomacia: crises, tensões e momentos históricos narrados por quem deles participou diretamente" terão início no segundo semestre. Desde já, convido os colegas mais antigos a participar dessa interação com os jovens colegas.

A fim de planejar suas atividades para o biênio 2014-2015, a diretoria reuniu-se com diplomatas em atividade, aposentados e pensionistas e os encorajou a participarem das ações a serem desenvolvidas nesta gestão. Dentre os encontros realizados, registro a reunião com aposentados no Rio de Janeiro, no final de maio, com a presença do advogado Torreão Braz, para tratar das ações judiciais da ADB, e de representante do DSE, que prestou esclarecimentos sobre nosso seguro de saúde.

A associação assumiu o desafio de ampliar a representatividade junto aos diplomatas da ativa e quer ser vista, sobretudo pelas gerações mais jovens, como canal privilegiado de diálogo com a administração do MRE. Ressalto que não é nossa intenção substituir o Sinditamaraty ou com ele competir, pois entendemos que as duas instituições têm pautas e metodologias distintas.

A representatividade da associação pressupõe a sua expansão, como nos encorajou o Ministro de Estado, Embaixador Mauro Vieira, durante audiência que concedeu à recém-empossada diretoria da ADB. A associação logrará mais conquistas quanto maior for a participação de seus membros nos debates sobre os interesses da categoria, com vistas a obter melhores condições de trabalho no exterior e no Brasil. Não há dúvidas de que escutar os diplomatas nos trará conhecimento a ser aproveitado positivamente.

Embaixadora Vitória Alice Cleaver
Presidente da ADB

Foto: Gabriel Sena

Nova diretoria, novos rumos

A diretoria da ADB vai organizar uma série de encontros para que grandes nomes do Itamaraty possam compartilhar momentos, processos e casos especiais de que participaram diretamente ou como testemunhas oculares. As conversas informais com os embaixadores servirão para compartilhar memórias de negociações tensas, crises, guerras civis, visitas de Estado históricas e eventos "extremos" ou "pitorescos" da diplomacia.

Sob o título "Bastidores da diplomacia", esses encontros acontecerão no Instituto Rio Branco no segundo semestre. O propósito da ADB é transmitir a memória viva e a dimensão humana do trabalho diplomático discreto e eficiente do corpo diplomático brasileiro. Os relatos de grandes profissionais da Casa serão de grande valia para todos os diplomatas e, sobretudo, para as gerações jovens, que terão o privilégio de conhecer narrativas pessoais com detalhes não encontrados em nenhum livro ou relato oficial.

A ADB também vai encaminhar o resultado da reunião com os diplomatas lotados na Secretaria de Estado, que decidiram criar dois grupos de trabalho para tratar da questão da progressão funcional e dos critérios para concessão de moradia funcional. Os participantes dos dois grupos examinarão as propostas já existentes para que, posteriormente, a diretoria promova um amplo debate entre os diplomatas.

Os diplomatas que tiverem interesse em participar desses grupos ou contribuir para a discussão dos temas com sugestões e propostas podem escrever para o *e-mail* adb.diplomatas@gmail.com.

Além da reunião com os diplomatas lotados na Secretaria de Estado, a diretoria da ADB também fez visitas ao Ministro de Estado, ao Secretário-Geral e ao diretor-geral do Instituto Rio Branco para apresentar o plano de trabalho da entidade para os próximos dois anos.

Visita ao Ministro de Estado das Relações Exteriores

Foto: Divulgação/ADB

A presidente Vitoria Cleaver e outros integrantes da diretoria da ADB visitaram o Embaixador Mauro Vieira no dia 11 de maio para discutir questões de interesse da categoria, como a progressão funcional dos jovens diplomatas e a valorização das novas estruturas do Itamaraty, a exemplo do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR), do Comitê para a Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPPD) e da Associação dos Familiares de Servidores do Itamaraty (AFSI).

O Ministro de Estado ressaltou a importância da ADB na defesa dos interesses dos diplomatas e estimulou o seu fortalecimento. Ele também afirmou que a associação é um importante canal para promover a interlocução entre os diplomatas e a atual administração da Casa.

Por fim, a diretoria apresentou ao chanceler as prioridades da nova gestão da ADB, com ênfase para o aprofundamento da participação de todas as categorias de diplomatas, inclusive por meio de reuniões periódicas e outros meios, e a utilização de novas plataformas de comunicação interativa com os associados.

Reunião com o Secretário-Geral

A presidente da ADB apresentou, no dia 31 de março, a nova diretoria da entidade para o biênio 2015/2016 ao Secretário-Geral, Embaixador Sérgio França Danese. A Embaixadora Vitoria Cleaver chamou a atenção durante o encontro para o processo de reformulação da associação e a incorporação de jovens diplomatas, que visa a melhorar seu papel como canal de interlocução entre a categoria e a administração do MRE.

O Secretário-Geral recebeu com satisfação a nova diretoria e destacou a importância da maior representatividade da ADB. O Embaixador Sérgio Danese também encorajou a associação a apoiar o esforço da atual gestão para regularizar e melhorar a situação dos servidores do serviço exterior. Ele demonstrou, ainda, o interesse em manter um canal aberto de discussão com a entidade.

Foto: Divulgação/ADB

Reunião com diplomatas lotados na Secretaria de Estado

Foto: Gabriel Sena

Além de criar dois grupos de trabalho para tratar da questão da progressão funcional e dos critérios para concessão de apartamento funcional, os diplomatas discutiram outros temas de interesse da categoria, como auxílio-educação, internação de automóveis no Brasil e ampliação dos serviços prestados pela ADB aos seus associados. Os participantes da reunião realizada no dia 26 de maio também propuseram que a ADB melhore a divulgação dos convênios já existentes e busque novas parcerias para atender aos associados.

No início da reunião, a Embaixadora Vitoria Cleaver relatou as diretrizes da nova diretoria e as iniciativas tomadas desde a posse. Ela destacou a intenção de reforçar a representatividade da ADB junto aos diplomatas da ativa, em especial os que estão nos níveis iniciais da carreira, e realizar esforços para ampliar e reforçar a interlocução com a chefia do MRE. A presidente também anunciou que a ADB pretende se aproximar de todas as instâncias representativas da carreira, incluindo o Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR), o Comitê para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPPD) e a Associação dos Familiares de Servidores do Itamaraty (AFSI).

A presidente da ADB também informou sobre o trabalho em curso para modificar o processo de elaboração da revista da associação, priorizando a autoria de diplomatas, e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação por meio da criação de uma *fanpage* no Facebook e da reforma do *site* para torná-lo mais moderno e interativo.

Ela enfatizou, ainda, que a ADB não pretende substituir o sindicato e, tampouco, competir com ele, pois as duas instituições têm pautas e metodologias de trabalho distintas. Por fim, defendeu a realização de trabalhos complementares nos temas em que houver interesse comum e possibilidade de atuação conjunta.

Além da Embaixadora Vitoria Cleaver, a diretoria da ADB foi representada na reunião pelo Embaixador Ronaldo Costa Filho, pelos Ministros Carlos Carvalho, Alessandro Candeas e Adriano Pucci, pelos Conselheiros João Frederico Abbott e Felipe Santarosa, e pelos Secretários Márcia Canário e Leandro Araujo.

Encontro com o diretor do Instituto Rio Branco (IRBr)

No dia 6 de maio, a nova diretoria da ADB foi recebida pelo Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão. Na ocasião, a presidente da ADB manifestou o interesse de manter um contato mais próximo com os jovens diplomatas, desde o curso de formação no IRBr.

A Embaixadora Vitoria Cleaver também apresentou a agenda da ADB para os próximos dois anos, a exemplo da série de encontros com embaixadores. O diretor do IRBr deu boas-vindas à nova diretoria e desejou êxito aos projetos em curso. Ele colocou, ainda, a estrutura do Instituto à disposição da ADB para a realização dos "Bastidores da diplomacia" e de outros eventos.

Foto: Divulgação/ADB

Superação das discriminações por gênero e raça no Itamaraty

Foto: Divulgação/ADB

O Comitê Gestor de Gênero e Raça do Itamaraty (CGGR), de caráter permanente e consultivo, foi estabelecido pela Portaria nº 491, de 12 de setembro de 2014, com a finalidade de coordenar a candidatura do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do governo federal.

A criação do comitê atendeu a uma demanda das mulheres diplomatas que, em carta endereçada ao então Ministro de Estado, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, solicitaram a adoção de uma perspectiva de gênero na gestão do Itamaraty, de forma a dissolver telhados de vidro que sempre existiram para a atuação e ascensão de mulheres no órgão. A carta foi protocolada no gabinete com a assinatura de 203 mulheres, mais de 60% do total na ativa, o que a torna altamente representativa e legítima do ponto de vista das preocupações das mulheres diplomatas brasileiras.

A mensagem formulou várias propostas concretas, dentre as quais a criação de um Comitê Gestor de Gênero e Raça. Merecem destaque a criação de creche dentro do Itamaraty, a flexibilidade de horário, o aumento do tempo para apresentação no posto após a remoção, medidas de apoio à adaptação da família, empregabilidade de cônjuges e atenção à saúde. As mulheres também mencionaram a importância de apoio para a educação de dependentes e a necessidade de reavaliação dos critérios de avaliação do mérito, a fim de assegurar maior transparência, objetividade e isonomia aos processos de promoção e remoção.

As mulheres e as pessoas negras enfrentam discriminações diárias que a maioria dos homens e das pessoas brancas terá dificuldade para reconhecer como tais. Essas discriminações não são próprias do Itamaraty. Elas são próprias da sociedade em que vivemos e, infelizmente, nenhuma instituição, tampouco o Itamaraty, está imune a elas.

A BUSCA POR EQUIDADE

A criação do CGGR significa o começo da aplicação dos princípios da equidade e da não indiferença na gestão interna da Casa. Implica também o reconhecimento de que a inércia não é uma resposta adequada diante de injustiças sofridas por mulheres e por pessoas negras.

A atuação do CGGR tem contribuído para elucidar se e como as discri-

minações por gênero e raça afetam a distribuição das oportunidades dentro do ministério. Intriga, por exemplo, a baixa proporção de mulheres diplomatas, historicamente abaixo dos 25% e a sub-representação feminina em níveis elevados da carreira, sendo o total de embaixadoras inferior a 17%. No que tange à presença de pessoas negras, impressiona o fato de a cor/raça de mais da metade dos(as) funcionários(as) ser desconhecida por falta de autodeclaração.

Uma atitude de conformismo diante desses números não seria condizente com uma diplomacia altiva e ativa. A diplomacia brasileira beneficiar-se-á cada vez mais, em termos de representatividade e eficiência, à medida que critérios de equidade forem incorporados a todos os aspectos da gestão do ministério.

A demanda das mulheres diplomatas é coerente também com a posição do Brasil em foros internacionais. O país defende, de maneira vocal, progressista e consistente, o empoderamento feminino e a promoção da igualdade racial como prioridades na área de direitos humanos. Envidamos, sempre que necessário, grandes esforços para assegurar a implementação e o aprofundamento dos compromissos assumidos pelos países da Organização das Nações Unidas (ONU) no marco da Declaração e Plataforma de Ação sobre Direitos das Mulheres (Beijing, 1995), bem como a Declaração e Plano de Ação sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001). A credibilidade da política externa brasileira haverá de beneficiar-se da aplicação desses mesmos compromissos à gestão de pessoal do serviço exterior.

Cronologia

- **26/11/2013 –** Criação do grupo "Mulheres Diplomatas", no Facebook, que conta atualmente com mais de 200 participantes.
- **07/02/2014 –** Realização da I Reunião Informal de Mulheres Diplomatas.
- **10/02/2014 –** Criação do *e-mail* institucional para contatos mulheres.diplomatas@itamaraty.gov.br.
- **21/02/2014 –** Realização da II Reunião Informal de Mulheres Diplomatas.
- **07/03/2014 –** Entrega da Carta das Mulheres Diplomatas ao Ministro de Estado, com 203 assinaturas (13 MPC, 23 MSC, 30 Conselheiras, 41 PS, 41 SS e 55 TS).
- **14/03/2014 –** O então Ministro de Estado, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, recebe comissão de representantes do Grupo das Mulheres Diplomatas.
- **25/04/2014 –** III Reunião Informal das Mulheres Diplomatas.
- **12/09/2014 –** Publicação da Portaria nº 491/2014, que institui o Comitê Gestor de Gênero e Raça do Itamaraty.
- **05/02/2015 –** Abertura do I Ciclo de Capacitação do Comitê Gestor de Gênero e Raça, com a participação do secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese; da coordenadora do CGGR, Ministra Sônia Regina Guimarães Gomes; do Secretário Executivo da SEPPIR, Giovanni Harvey; da Secretária Executiva da SPM, Linda Taranto; da representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman; e da Secretária da Mulher, de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, nossa querida colega Marise Nogueira
- **05-12/02/2015 –** Realização do I Ciclo de Capacitação do Comitê Gestor de Gênero e Raça.
- **20/03/2015 –** Palestra sobre gênero e raça no Curso de Remoção para Oficiais de Chancelaria.
- **06/04/2015 –** Palestra no Curso de Remoção para Diplomatas (DTA).
- **05/05/2015 –** Palestra para alunos do Instituto Rio Branco, no marco do Módulo sobre Direitos Humanos e Temas Sociais.

- **MSC Sônia Regina Guimarães Gomes,** bacharela em Relações Internacionais, diretora do Departamento de Administração e coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR).
- **TS Márcia Canário de Oliveira,** mestre em Ciência Política (UnB), especialista em Direitos Humanos e Processos de Democratização (Universidade do Chile), professora de Direitos Humanos e Temas Sociais do Instituto Rio Branco e membro do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR).

A política externa brasileira de gênero e raça[1]

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

(Boaventura de Souza Santos)

Desde a redemocratização, o Brasil vem-se consagrando como um dos países mais vocais na defesa dos direitos humanos de grupos vulneráveis e marginalizados. A atuação do país tem sido especialmente marcante no caso da promoção e proteção dos direitos das mulheres e das pessoas afrodescendentes em foros internacionais, no entendimento de que as discriminações por gênero e raça tendem a ser estruturantes de desigualdades e injustiças em todas as sociedades.

Nenhum país pode, ainda, orgulhar-se de haver eliminado as chagas do sexismo e do racismo. O Brasil tem, portanto, adotado posturas progressistas em defesa de políticas de promoção da igualdade para esses grupos, favorecendo seu protagonismo, participação e empoderamento. Tão importante quanto aumentar a inserção desses grupos nos espaços de poder e decisão é garantir sua representatividade, respeitando a sua diversidade.

O debate sobre a política externa brasileira de gênero e raça não poderia ser mais oportuno. Em 2015, celebra-se o aniversário de 20 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, que teve como importantes resultados a Declaração e o Plano de Ação de Beijing. Também teve início neste ano a Década Internacional dos Afrodescendentes, proclamada pela Resolução n° 68/237 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que terá duração até 2024. Em ambos os casos, o Brasil tem mantido alto perfil nos foros multilaterais pertinentes, visando a assegurar compromissos que fortaleçam a atuação dos Estados em favor dos direitos das pessoas discriminadas.

DIREITOS DAS MULHERES

No caso dos direitos das mulheres, a Declaração e o Plano de Ação de Beijing consagraram três inovações conceituais: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. Evidenciou-se, portanto, a

[1] As ideias manifestas no presente artigo são de responsabilidade exclusiva das autoras e não refletem, necessariamente, as opiniões ou posições oficiais do governo brasileiro.

perspectiva de que a busca da igualdade de gênero deve ser fundada não só em políticas genéricas de alcance universal, mas também em medidas dirigidas especificamente às mulheres como um grupo sujeito a diversas situações de vulnerabilidade.

Esse contexto comemorativo é também importante, por permitir aos países promover uma reflexão estratégica sobre as políticas desenvolvidas para a proteção e promoção dos direitos humanos de todas as mulheres e meninas e realizar os ajustes necessários para que essas ações sejam efetivas e eficazes.

Desde a Conferência de Beijing, há 20 anos, muito já foi alcançado, mas o caminho a percorrer impõe sobriedade nessa comemoração. Diversos países no mundo experimentam uma guinada conservadora, sustentada em argumentos religiosos, de excepcionalismos culturais e de fundamentação patriarcal, o que tem dificultado progresso consistente na temática dos direitos humanos de mulheres e meninas.

Diante desse contexto pouco favorável a avanços, o Brasil tem advogado internacionalmente pelo não retrocesso frente a linguagens acordadas e tem defendido a posição firme de avançar nas políticas de gênero delineadas em importantes documentos internacionais, como a já mencionada Plataforma de Ação de Beijing, o Plano de Ação do Cairo sobre População e Desenvolvimento e o Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento, que reconheceu explicitamente o conceito de direitos sexuais, inclusive de pessoas LGBT, e fortaleceu a linguagem do Cairo nos itens relativos à interrupção da gravidez. O Brasil defende também avanços em diversos âmbitos, conferindo especial atenção ao tema da educação de mulheres e meninas, da incorporação das políticas de igualdade de gênero na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, da saúde integral e dos direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheres, e do acesso às novas tecnologias.

Assegurar os direitos de mulheres e meninas é fundamental para garantir a realização dos direitos humanos, para criar e manter sociedades estáveis e para buscar o desenvolvimento sustentável com benefícios igualmente compartilhados. A luta pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres deve ser um compromisso de toda a comunidade internacional e é, inegavelmente, uma política de governo e de Estado no Brasil.

DÉCADA DOS AFRODESCENDENTES

A Década dos Afrodescendentes, por sua vez, será uma oportunidade de renovação e de aprofundamento dos compromissos assumidos pela comunidade internacional no momento da adoção da Declaração e Plano de Ação de Durban (2001). Este documento, adotado ao final da Conferência de Durban (III Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas), reconheceu a necessidade de adoção de políticas públicas de promoção da igualdade racial, do reconhecimento do legado perverso da escravidão e do tráfico transatlântico de escravos e da adoção de ações afirmativas para assegurar a igualdade material entre os diversos grupos raciais.

O Brasil, país mais negro do mundo fora da África, com uma população afrodescendente de mais de cem milhões de pessoas, foi um dos maiores defensores da proclamação da Década. De fato, nos-

> Muito já foi alcançado, mas o caminho a percorrer impõe sobriedade nessa comemoração, pois diversos países do mundo experimentam uma guinada conservadora

so país pode orgulhar-se de estar fazendo seu dever de casa.

Em 2003, criamos a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em atendimento à demanda do parágrafo 90 do Programa de Ação de Durban. No mesmo ano, o Brasil apresentou um corajoso relatório ao Comitê pela Eliminação da Discriminação Racial (CERD), no qual reconheceu oficialmente não apenas a existência do racismo no Brasil, mas também seu caráter estruturante de desigualdades. O relatório desconstrói o discurso da democracia racial, caracterizando-a como um "mito" (CERD/C/431/Add.8):

" 3. *Nevertheless, the construction of a multicultural and multi-ethnic society did not make Brazil immune to the afflictions of racism and racial intolerance.*

4. *For many decades, the myth of a nationality characterized by the harmonious and perfect fusion of three races, responsible for the construction of a "racial democracy" in the country, was propagated. (...)*

5. *The consequences of this process (...) are evidence not only of the existence of racism in Brazil but of its cumulative effects in producing economic and social inequality. (...)"*

Foto: sxc.hu

Desde então, o Brasil tem, em coordenação com os países da região, envidado esforços para o fortalecimento de regimes de proteção do ser humano contra o racismo e a discriminação racial em níveis global e regional. Os avanços recentes foram consideráveis, com a criação do Comitê Permanente sobre Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia no âmbito da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias (RAADH), no Mercosul; da Relatoria sobre Direitos dos Afrodescendentes na Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e, finalmente, com a adoção da Convenção Interamericana sobre Racismo, Discriminação Racial e Intolerâncias Conexas no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ademais, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) proclamou a Década dos Afrodescendentes Latino-Americanos e Caribenhos, com vigência de 2014 a 2023.

COMPROMISSO COM A IGUALDADE

Ao adotar a promoção dos direitos das mulheres e das vítimas de racismo como importantes pautas da sua política externa, o Brasil tem contribuído para fortalecer os compromissos da comunidade internacional com a igualdade e com a melhoria da qualidade de vida de parcelas significativas da população mundial. O Brasil pode orgulhar-se de favorecer o empoderamento das pessoas que, historicamente, têm suportado os piores efeitos da exclusão e da pobreza, em termos materiais, políticos e simbólicos.

Em outras palavras, a política externa brasileira está alinhada com o grande objetivo de tornar o mundo um lugar mais justo e digno para quem mais precisa.

▪ **TS Márcia Canário de Oliveira,** mestre em Ciência Política (UnB), especialista em Direitos Humanos e Processos de Democratização (Universidade do Chile), professora de Direitos Humanos e Temas Sociais do Instituto Rio Branco e membro do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR).

▪ **TS Laura Berdine Delamonica**, bacharela em Direito (UFMG), mestre em Relações Internacionais (UnB), especialista em Direito Internacional Público pela Academia de Direito Internacional de Haia e membro do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR) e do Comitê de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPDPC) do Ministério das Relações Exteriores

Será a reeleição a causa da corrupção?[1]

Há mais de uma década, a corrupção não sai de pauta. Ultimamente, em dois meses seguidos, levou, dentre outros temas, multidões às ruas, protestando contra sua existência.

Essa, entretanto vem de longe e não só da República, espraiando-se igualmente em todas as latitudes. A começar pela história do Brasil independente, diversos atos de corrupção já se encontram registrados, dentre outros autores, pelo ex-oficial, alemão, do Exército Imperial Brasileiro, em seu opúsculo O Rio de Janeiro como é (1824-1826) do Batalhão de Granadeiros, na corte de D. Pedro I. Seu nome: C. Schlichthorst.

A República, que tão grandes esperanças despertou, tampouco escapou desse mal, tanto em território nacional quanto no exterior. Ao contrário, vivenciamos os brasileiros episódios dramáticos, como se sabe, um dos quais, em agosto de 1954, quando um ex-presidente, Getúlio Vargas, pessoalmente honesto, foi envolvido no que se considerou um "mar de lama" em meio à corrupção de seus auxiliares. Fato amplamente explorado pela oposição e oficialidade, Getúlio acabou sendo levado ao suicídio.

Ampliando o exame da matéria além das fronteiras, vinte anos depois, em 1974, nos Estados Unidos da América, já pertence à história continental o episódio em que o ex-vice-presidente Spiro Agnew foi forçado a renunciar ao cargo em virtude de rumoroso escândalo em que se deixou corromper por parte de empreiteiras, dentre os inúmeros casos similares registrados igualmente ao longo da evolução política daquela República norte-americana. Ele acabou substituído pelo deputado Gerald Ford, escolhido prioritariamente devido à sua fama de honesto.

É de conhecimento público que, por sua vez, substituiu o ex-presidente Richard Nixon, o qual renunciou em virtude do escândalo de Watergate, para escapar ao respectivo impeachment que se prenunciava. Gerald Ford, presidente, não se reelegeu, permanecendo pouco tempo no poder, razão pela qual não se expôs a ventos degradantes.

REFORMA POLÍTICA

Na conjuntura deste primeiro semestre de 2015, quando se considera eventual reforma política, talvez fosse oportuno relembrar a máxima de Lord John Dalberg-Acton (1834-1902): "O poder corrompe; o poder absoluto corrompe absolutamente", a qual tudo indica se impõe para se chegar à bonança após a presente atmosfera de "tempestade perfeita", sem prejuízo das instituições.

Em suma, voltar ao regime da década de 1950, com mandatos quinquenais, sem reeleição consecutiva dos incumbentes, permitida, eventualmente após interregno em que todos os candidatos não se beneficiem das vantagens de ofício. Eis um caminho, que voltou a ser o preferido pelas repúblicas do Uruguai e do Chile, a título ilustrativo.

No que tange às monarquias, abstenho-me de comentar escândalos de corrupção que chegaram a atingir algumas das mais respeitáveis europeias, em plenos séculos XX e XXI.

[1] As ideias manifestas no presente artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões da Associação dos Diplomatas Brasileiros, tampouco a posição oficial do governo brasileiro.

▪ **MSC Guilherme Parreiras Horta**, diplomata aposentado, bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara. Serviu em Tel Aviv, Budapeste, Londres e São Domingos.

CPPD: por um Itamaraty acessível e inclusivo

Foto: Divulgação/ADB

Os desafios decorrentes da remoção para o exterior são bastante conhecidos pela maioria dos servidores do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Na extensa lista, estão choques culturais e linguísticos, a saudade da terra natal e de familiares, além da difícil tarefa de iniciar uma rede de canais e conexões para atender às necessidades educacionais da família. Esses obstáculos, nos casos de servidores com deficiência ou de pais/responsáveis por pessoas com deficiência, tendem a se maximizar exponencialmente.

Somam-se, porquanto à lista, o grau de acessibilidade urbana e das moradias disponíveis na nova cidade, a identificação de centros médicos locais aptos a oferecer tratamentos ambulatorial e terapêutico adequados, bem como a difícil tarefa de encontrar escolas inclusivas para filhos com deficiência.

Lançada uma lupa sobre as estruturas do MRE, os desafios para a inclusão laboral de seus servidores são ainda maiores, uma vez que muitas das repartições diplomáticas e consulares, assim como os Palácios no Rio de Janeiro e em Brasília, são prédios antigos e tombados pelo patrimônio histórico, o que dificulta mas não impede a promoção de obras de acessibilidade.

Na esteira do movimento de consultas e modernização das estruturas do MRE, em 2014, um pequeno grupo de servidores com deficiência e pais/representantes de pessoa com deficiência reuniu-se com o então Ministro de Estado. O encontro serviu para relatar os desafios decorrentes dessa situação e apresentar possíveis soluções de ordem prática e legal que pudessem garantir a acessibilidade laboral no Serviço Exterior Brasileiro (SEB) e garantir medidas adequadas de apoio às famílias com dependentes com deficiência.

Naquela ocasião, o ministro recebeu petição, assinada por mais de 30 servidores de todas as carreiras e escalões do SEB (de embaixadores a assistentes de chancelaria). Do atendimento de um desses pontos decorreu a criação, em julho do mesmo ano, do Comitê para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPPD/MRE). De caráter permanente e inédito, o CPPD pauta-se, desde sua gênese, pelos princípios emanados tanto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, de 2007 e da Magna Carta de 88, bem como das diretrizes propugnadas por planos federais, a exemplo do Viver Sem Limites.

INICIATIVAS DO CPPD

Composto, inicialmente, por um presidente com deficiência e dois servidores pais de crianças com deficiência, além de outros cinco representan-

tes indicados pelos Departamentos de Direitos Humanos e Temas Sociais, do Serviço Exterior, de Administração, de Comunicações e Documentação, hoje, o comitê conta também com representante do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior. Essa nova composição segue sugestão do senhor Secretário-Geral, quando da apresentação do CPPD à nova cúpula do MRE e permitirá a oferta de serviços consulares acessíveis destinados a cidadãos brasileiros e estrangeiros com deficiência.

Dentre as ações e resultados concretos do comitê, foi iniciado, ao final de 2014, levantamento pelo qual se buscou mapear o atual quantitativo de servidores ativos com deficiência e pais/responsáveis por pessoa com deficiência, por meio do preenchimento voluntário do Formulário CPPD, disponível na Intratec.

Até o dia 15 de maio de 2015, foram recebidos 58 formulários, o que corresponde a menos de 2% do efetivo de servidores ativos. Dentre os formulários recebidos, 42 são de servidores pais/responsáveis por pessoa com deficiência, 16 são de servidores com deficiência, sendo que um deles cumula ser pessoa com deficiência e também responsável por pessoa com deficiência. Importa notar que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a inclusão laboral de pessoas com deficiência no Brasil, e no MRE não é diferente: entre o grupo de pais ou mães/responsáveis, aproximadamente 50% dos dependentes estão no espectro do autismo ou têm deficiência intelectual, ao passo que entre os servidores, a maioria apresenta deficiência física-motora, seguida de deficiência visual e auditiva.

CONQUISTAS DO CPPD

Com base nas informações coletadas, algumas ações pontuais já foram postas em práticas

- Aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva para o adequado desempenho laboral de servidores com deficiência física, visual ou auditiva, tais como, softwares com ledor, telas de ampliação de PC, *headsets* e equipamentos ergonômicos individuais.
- Promoção de estudos para realização de obras de acessibilidade no Brasil e na rede de postos no exterior, incluindo a meta de tornar o Palácio do Itamaraty em Brasília 100% acessível em projeto que conta com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Governo do Distrito Federal (GDF).
- Atualização dos formulários e processos administrativos internos para efeitos de remoção e de compra de passagens adequadas às necessidades específicas de cada servidor e dependentes com deficiência.
- Oferta de módulos de direitos da pessoa com deficiência, boas práticas e consciência atitudinal a todos os servidores e funcionários do MRE.

Recebido com entusiasmo pelos servidores do Ministério das Relações Exteriores, desde sua criação em julho de 2014, os trabalhos do CPPD/MRE têm sido encarados de forma ampla e transversal e, a despeito dos inúmeros desafios, já contabiliza importantes vitórias na promoção de um ambiente de trabalho acessível e inclusivo.

SERVIÇO

O comitê poderá ser contatado para dúvidas, sugestões ou pedido de apoio por meio do endereço eletrônico cppd@itamaraty.gov.br

▪ **OC Leandro Diaz Napolitano**, deficiente físico e presidente do Comitê para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPPD).

Senhoras e senhores: a família

Foto: Divulgação/ASFI

"Todo esse mês de viagem nada tenho feito, nem lido, nem nada. Sou inteiramente Clarice Gurgel Valente".

(Clarice Lispector)

Foi assim que a bacharela em direito e escritora Clarice Lispector descreveu seus dias de agosto de 1944 ao chegar em Nápoles. Ela abandonara seu emprego, sua família e seus amigos no Brasil para acompanhar a primeira missão diplomática de seu marido, Maury Gurgel Valente. Clarice tinha vinte e três anos e entrara para um mundo considerado cosmopolita e deslumbrante. Poucos atentavam, contudo, para o pesado custo exigido do ponto de vista pessoal e familiar. O choque cultural, as constantes mudanças, as limitações financeiras e a falta de controle sobre seu próprio destino eram a regra. A distância de seu círculo familiar e intelectual provou-se insuportável, levando-a a romper o casamento e retornar ao Brasil.

Quase setenta anos depois, as palavras de Clarice Lispector ainda se mostravam atuais para um pequeno grupo de mulheres que acompanhavam seus maridos em missões diplomáticas. Assim como a escritora, enfrentavam os mesmos obstáculos de adaptação à nova vida no estrangeiro e à nova identidade que aprendiam a construir. Todas elas, profissionais que abandonaram suas carreiras, passaram a trocar informações e a pensar sobre a criação de uma rede de apoio aos familiares dos servidores do Ministério de Relações Exteriores (MRE). Com esse propósito nasce, em julho de 2013, a Associação dos Familiares dos Servidores do Itamaraty (AFSI).

PAPEL DA AFSI

Além de rede de apoio, a AFSI visa promover o reconhecimento da importância dos familiares que vivem espalhados pelos cinco continentes, em cidades com as mais variadas condições de vida. A associação também oferece um meio institucionalizado para troca de experiências e informações que facilite sua inserção em outro ambiente cultural. Para enfrentar as difíceis transições e lidar com diversas renúncias, é preciso, além de estruturas emocional e psicológica sólidas, contar com um leque de recursos e ferramentas que auxiliem no desempenho de funções que, muitas vezes, vão além de seu papel familiar e colaboram diretamente para o sucesso profissional do servidor no exterior[1].

É também imprescindível que haja, como bem exemplificado por muitas outras chancelarias estrangeiras[2], um reco-

[1] Expatriação e estratégia internacional: o papel da família como fator de equilíbrio na adaptação do expatriado; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000400004

[2] Reino Unido, 1957 (www.dsfa.org.uk); EUA, 1960 (www.aafsw.org); Alemanha, 1963 (www.ffd-im-aa.de); Itália, 1978 (www.acdmae.it); Portugal, 1982 (www.acdp.pt); Espanha, 1984 (www.afdservex.es); França, 1989 (www.afcamae.com), Federação das associações europeias, 1985 (www.eufasa.org).

nhecimento da corresponsabilidade do Estado sobre as consequências negativas do deslocamento das famílias dos servidores ao exterior, bem como da necessidade da adoção de medidas para mitigá-las.

NOVOS DESAFIOS

Sabemos que as constantes mudanças a que estão sujeitos os servidores do Itamaraty e seus familiares trazem muitas oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Contudo, é preciso uma atualização da visão institucional que contemple os novos desafios da vida moderna. Se, à época de Lispector, a dupla renda era a exceção, hoje, ela se tornou regra em grande parte do mundo, inclusive no Brasil. Se antigamente as mulheres eram criadas para serem donas do lar, atualmente almejam ser profissionais de alta capacidade. Se, em tempos passados, o apoio no serviço doméstico era acessível, hoje, mostra-se extremamente custoso e, muitas vezes, indisponível.

Se no Brasil as famílias têm a possibilidade de pagar uma educação de boa qualidade a seus filhos a um preço razoável ou gratuito, no exterior, para garantir o mínimo de continuidade curricular, são forçadas a recorrer às escolas internacionais de altíssimo custo. Se em nosso País muitos têm a oportunidade de morar em imóvel próprio; no exterior, não se pode abrir mão da ajuda de custo para moradia, que pode chegar a representar mais do que o salário do servidor.

Os desafios são muitos. Os cônjuges que atuam no setor privado perdem renda média, em função dos sucessivos desempregos, reempregos e subempregos. Já aqueles que são servidores públicos se veem obrigados a pedir licença não remunerada, sem cômputo de tempo de serviço. A ambos, assombra a perspectiva da perda da aposentadoria, recaindo a necessária contribuição previdenciária sobre a única renda restante.

A AFSI tem se esforçado para inserir esses temas na pauta da administração do MRE e para estabelecer parcerias com entidades como a Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB), para que juntos possamos buscar soluções coordenadas para o bem-estar de todos os funcionários do Itamaraty e seus familiares. Temos promovido diversas ações, palestras, encontros virtuais, elaboração de documentos como o manual de remoção e informativos eletrônicos, além de um espaço virtual de debate.

Acreditamos que o uso dessas ferramentas e ações coordenadas, aliadas ao apoio cada vez maior do governo brasileiro, promoverá a progressiva incorporação de práticas modernas de recursos humanos que contemplem a visão familiar na política de administração de pessoal do MRE.

De Tóquio a Lusaka, de Lisboa a Manila, a AFSI representa – por meio de quase 190 famílias associadas – todos aqueles que até hoje se mantinham invisíveis, mas que são os grandes responsáveis por manter o núcleo familiar em equilíbrio nas frequentes transições impostas às carreiras do Serviço Exterior Brasileiro. Amparando as famílias, a AFSI busca contribuir para um final mais feliz para todas as possíveis "Clarices", sem distinção de gênero.

Foto: Divulgação/ASFI

- **Carolina Vilalva,** formada em Psicologia Clínica e Relações Internacionais, pós-graduada em Executive Coaching (Columbia University) e presidente e cofundadora da AFSI.
- **Celina Bühler da Silva,** formada em Relações Internacionais e Administração de Empresas (FGV-SP) e membro do Conselho Fiscal da AFSI.
- **Rogério de Souza Farias,** doutor em Relações Internacionais e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, visiting scholar do Lemann Institute for Brazilian Studies, associate do Center for Latin American Studies da Universidade de Chicago e membro do Conselho Fiscal da AFSI.

Pro domo nostro[1]

Como a idade média dos brasileiros quase dobrou nestes últimos 70 anos, 70 anos pode aparentar ser muito. Para o Instituto Rio Branco, tem sido.

Há 70 anos, em 18 de abril de 1945, um decreto-lei presidencial criava, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Rio Branco. Seu início, entre panos, foi ainda o de um "centro de investigações e ensino", como queria o decreto fundador. Mas, logo, precoce desde seus primeiros passos, o instituto passou, por força de outro decreto-lei já do ano seguinte, em 6 de março de 1946, a ser o órgão responsável pela seleção para o ingresso no serviço público dos candidatos à carreira de diplomata.

É o que o instituto tem sido e ele é, hoje, a mais antiga escola de governo do Brasil, tendo realizado 77 concursos para ingresso na carreira diplomática do serviço público federal ao longo desses anos. Esse pioneirismo não é apenas doméstico, mas também internacional. Decano dos institutos diplomáticos das Américas, o Instituto Rio Branco é talvez a terceira mais antiga academia do gênero no mundo, sendo mais novo apenas que a Academia de Viena e, naturalmente, a Vaticana.

MAIS INCLUSIVO

A relativa vetustez jamais envolveu o instituto com um manto de bolor e ele tem sabido se adaptar aos tempos e mesmo, em um ou outro aspecto, antecipar-se a eles. Assim, por exemplo, embora o então Ministro Oswaldo Aranha – que, diga-se de passagem, não era diplomata – tenha vetado, por decreto de

1 As ideias manifestas no presente artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões da Associação dos Diplomatas Brasileiros, tampouco a posição oficial do governo brasileiro.

1938, expressamente, o ingresso de mulheres na carreira, já a partir de 1954, por força da pertinácia de Maria Sandra Cordeiro de Mello, lei de janeiro daquele ano revogava, também expressamente, aquela proibição extemporânea. Desse modo, o Instituto Rio Branco pôde se antecipar, na aceitação de mulheres na carreira, a países com o Reino Unido, por exemplo, que somente mais tarde admitiriam mulheres diplomatas em seus quadros.

Também, ademais de pioneiro como escola de governo no Brasil, o Instituto Rio Branco foi o primeiro – e talvez ainda seja o único órgão no País – a realizar seus concursos de ingresso à carreira pública, concomitantemente, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. A abertura desse leque geográfico respondia ao desejo de ampliar a expectativa de recrutamento dos diplomatas a todo o País, não mais circunscrevendo a oferta a três ou quatro capitais.

Esse mesmo desejo social de maior alcance geográfico regeu a decisão de criar programa de incentivo à preparação para os exames voltados aos segmentos mais pobres da população afrodescendente, o que se concretizou por meio do Programa de Ação Afirmativa, que, criado em 2002, logrou, nesses 12 anos, possibilitar o ingresso, por intermédio do concurso de admissão, a 20 de seus bolsistas. Foi essa, também, uma iniciativa pioneira e até hoje única, no âmbito do serviço público brasileiro.

Foto: Divulgação

Também foi pioneiro, o Instituto Rio Branco, na condução de seu programa de bolsistas estrangeiros. Criado em 1976, com a mudança do Instituto do Rio de Janeiro para Brasília, esse programa abriu o curso de formação a jovens diplomatas ou futuros diplomatas de outros países, oferecendo-lhes a possibilidade de cursarem, juntamente com os alunos brasileiros, todas as disciplinas oferecidas no currículo.

À diferença de outras academias semelhantes, o instituto não criou curso específico para estrangeiros, mas deu-lhes – e aos alunos brasileiros – a oportunidade de estudarem juntos e juntos debaterem, com transparência, sobre a atualidade internacional e seus desdobramentos possíveis ou desejáveis. No âmbito desse programa, mais de 200 jovens diplomatas de mais de 40 países cursaram o Rio Branco, alguns dos quais são hoje chanceleres de seus governos e embaixadores, inclusive no Brasil.

Outro aspecto de pioneirismo do Instituto Rio Branco é a abertura de seu exame, desde o início, a candidatos oriundos de qualquer campo de estudo do saber. O concurso do Rio Branco esteve sempre aberto a candidatos de qualquer tipo de formação e, com isso, o Ministério das Relações Exteriores se enriqueceu constantemente com funcionários das mais diversas capacitações e conhecimentos, que trouxeram à carreira de diplomata visões diversificadas dos diversos aspectos da vida brasileira e internacional.

FORMAÇÃO DOS DIPLOMATAS

Pode parecer paradoxal que um embaixador que, embora diretor-geral do Instituto Rio Branco, tenha ingressado na carreira por um exame direto e não se tenha sentado jamais nos bancos do instituto a não ser para cumprir os ritos do

Foto: Divulgação/ADB

> O Instituto tem intensificado encontros dos alunos com altas autoridades para que tenham contato com avaliações diferenciadas e divergentes das relações internacionais

CAD e do CAE, venha louvar, inter pares, o percurso do instituto. Entretanto, é essa mesma carência que faz com que, ao cabo de uma longa carreira, possa ter a pretensão de identificar alguns aspectos que foram ou têm sido relevantes para o bom funcionamento do Instituto Rio Branco, no cumprimento de sua missão de melhor formar este corpo de excelência que tem sido, nos últimos 70 anos, o corpo diplomático brasileiro.

Assim, temos hoje um instituto que se volta, com determinação, para o fortalecimento do que podemos chamar de ensino profissionalizante. Desse modo, das 18 disciplinas do primeiro ano do curso, além dos quatro idiomas obrigatórios, podemos dizer que pelo menos 10 disciplinas são voltadas mais diretamente para a prática diária da diplomacia em diversos setores, enquanto oito são de natureza marcadamente teórica.

Ademais, durante o terceiro semestre do curso, além dos estágios em áreas diversas da Secretaria de Estado, que dão ao futuro diplomata alguma vivência da rotina que em parte os espera, submetem-se os alunos a conferências e debates sobre aspectos variados da atualidade brasileira e internacional. São abordados, então, desde diferentes pontos de vista, de modo a provocar uma avaliação crítica dos assuntos tratados, sempre com uma perspectiva voltada para o interesse das relações internacionais e do exercício da diplomacia em toda a sua vasta abrangência.

No mesmo sentido, o instituto tem intensificado a realização de palestras e encontros dos alunos com altas autoridades, brasileiras ou estrangeiras, de passagem por Brasília, de modo que tenham contato crítico com avaliações diferenciadas e mesmo di-

vergentes de aspectos atuais das relações internacionais.

Como é sabido, as atividades do Instituto Rio Branco não se limitam ao concurso de admissão e ao curso de formação de diplomata. O instituto, na verdade, nos persegue, aos diplomatas, ao longo de nossa carreira. Há o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE). Muitos somos chamados a dar aulas ou participar de bancas, alguns mesmo a trabalhar na direção do instituto. Finalmente, até quando aposentados, um ou outro diretor-geral ainda tem a audácia de nos convocar a trazermos nosso testemunho profissional e pessoal aos jovens diplomatas.

O CAD tem conhecido formatos variados de realização, em função de facilidades ou dificuldades orçamentárias ou das circunstâncias do momento das relações internacionais definidoras do curso. Ultimamente, tem sido realizado, concomitantemente, em Brasília e no exterior, no local de lotação dos candidatos, que devem estudar quatro ou cinco temas, a partir de uma vasta bibliografia recomendada e deles prestar provas dissertativas.

O CAE, por sua vez, ao longo de seus 36 anos de existência, tem-se firmado como fonte incomparável de produção de bibliografia no campo das relações internacionais e da diplomacia. Desde 1979, foram sustentadas, nas 59 edições do curso, mais de 700 teses, das quais boa parte publicada ou divulgada por meio eletrônico, a maioria pela Fundação Alexandre de Gusmão. Talvez não haja aspecto das relações internacionais ou da prática diplomática do interesse do Brasil que já não tenha sido objeto de um trabalho do CAE.

ALCANCE MAIOR

O instituto tem procurado, também, mais recentemente, atualizar-se tecnologicamente. Nesse campo, o passo mais largo vai sendo dado, a princípio, no âmbito dos esforços de cooperação internacional. Ademais do programa de bolsistas estrangeiros, o Rio Branco, sempre que as circunstâncias o permitem, busca desenvolver e realizar cursos em parceria com outras instituições congêneres.

O último desses cursos teve lugar há poucos anos em Maputo, para uma classe de cerca de 70 diplomatas lusófonos da África. Ultimamente, forçando as circunstâncias, a aquisição recente de aparelhagem de videoconferência proporcionou ao instituto a possibilidade da realização dos primeiros encontros virtuais com alunos de outras academias – começamos com a peruana e a argentina – o que se espera intensificar a partir do próximo semestre, inclusive compartilhando aulas e conferências.

Dentro das limitações atuais e apesar delas, o Instituto Rio Branco pôde retomar a publicação de seu anuário, interrompida por razões fortuitas em 1990. Foram publicados, assim, em formato digital – à disposição de todos na página eletrônica do instituto – e em livro, os anuários relativos a 2013 e 2014.

Tendo sido um dos primeiros setores do Itamaraty a dispor de uma atividade editorial regular, foi essa atividade interrompida há muito e é hoje assegurada, no âmbito do ministério, pela Funag. O Instituto Rio Branco reiniciou, porém, em 2007, de maneira ainda incipiente, um programa de edições com a publicação do primeiro número da revista JUCA, que já editará seu número 8 em 2015.

Toda preparada pelos alunos do curso de formação, a JUCA faz parte hoje das atividades regulares do curso e atingiu um nível editorial de excelência que orgulha o instituto. Dando continuidade a essa tentativa de retomada de uma atividade editorial relevante a suas finalidades, o instituto vem publicar o primeiro número de um "Caderno de Ensaios", dedicado a divulgar estudos realizados pelos alunos no âmbito do curso de formação, em torno de um tema disciplinar específico, a cada número. Também o caderno estará disponível na página eletrônica do instituto e em alguns exemplares em formato físico de livro.

Setenta anos, como disse no começo, é muito. Mais de 2000 diplomatas foram formados pelo Instituto Rio Branco ao longo desses anos. Pouco mais da metade está ainda no serviço ativo, muitos estão aposentados e alguns outros já morreram. Mas, assim como todos que passamos, de uma maneira ou de outra, pelos bancos do Rio Branco, nos beneficiamos com muito do que ali aprendemos, podemos ter certeza, também, de que cada um de nós contribuiu, de algum modo, ao longo desses 70 anos, para moldar o itinerário de sucesso do instituto, responsável pela formação da incontestável excelência do corpo diplomático brasileiro.

▪ **Embaixador Gonçalo de B. C. e Mello Mourão,** diretor-geral do Instituto Rio Branco. Serviu em Londres, Assunção, Paris, Lisboa, Porto Príncipe e Copenhague.

Foto: Punya/wikimedia

Terremoto no Nepal: tragédia, desafios e solidariedade

O relógio da Torre Ghanta Ghar, próxima ao Trimurti College, em Katmandu, parou às 11h56 de sábado, 25 de abril de 2015.

A torre atual foi construída no mesmo lugar da que ruiu no terremoto do ano de 1991 Bikram Sambat (calendário lunar nepalês-1934 a. d.). Naquele sábado fatídico, novo terremoto de grande magnitude se abateu sobre o Nepal. Enquanto o de 1934 durou 19 segundos, o atual teve duração de 56 segundos, uma eternidade para os que foram abalados pelo tremor.

Estávamos em plena estação alta e a cidade fervilhava com turistas. Nas montanhas, passado um ano da avalanche que vitimou diversos sherpas em 2014, *trekkers* e alpinistas se preparavam para as ambicionadas aventuras que atraem, anualmente, para este país cerca de 800 mil turistas e se constitui uma importante fonte de renda para o país.

Quem poderia imaginar que desses 800 mil, em 2014, mais de seiscentos seriam brasileiros? E que cerca de 262 compatriotas se encontrariam no Nepal naquele inesquecível 25 de abril de 2015, quando a torre do relógio parou?

Ali começava a saga de dormir ao ar livre. Aguardarmos ansiosos, choque após choque, que o tremor passasse para tentar comunicar-se com a família, encontrar o que comer na cidade e reagendar a partida. Ou decidir ficar para ajudar, solidarizar-se com a tragédia de um povo cujas vidas e patrimônio foram perdidos quando a terra tremeu e elevou Katmandu em um metro.

Foram dez dias de mutirão para conseguir localizar entes queridos de famílias em choque, não somente no Nepal e no Brasil, mas em tantos outros países. Também levamos esse tempo para ter notícias de amigos, colaboradores de trabalho, compatriotas, colegas e cidadãos do país que nos acolhe com afabilidade e simpatia.

O país que há apenas nove anos saiu de uma guerra civil que durou uma década. O país que almeja graduar-se do grupo de países de menor desenvolvimento relativo em 2022. Que alcançaria a maioria (mas não todas) das Metas de Desenvolvimento do Milênio ainda no ano em curso. Que almeja finalizar, ainda durante este ano de 2072 Bikram Sambat, a primeira constituição, em toda sua história, elaborada por uma assembleia constituinte eleita pelo povo.

E então o terremoto, que se sabia viria, mas não quando, aconteceu.

DESAFIOS E TRAGÉDIA

O governo estimou, em 6 de maio, que mais de 7,6 mil pessoas tivessem perdido suas vidas e em torno de 16,4 mil tivessem ficado feridas. O Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Ajuda Humanitária (OCHA) também estimou que, naquela data, 255.954 casas foram destruídas e 213.441 ficaram parcialmente danificadas.

Além desses números, mais de 500 mil pessoas necessitavam de abrigo e outros itens para sobrevivência imediata e 3 mil escolas encontravam-se nos 11 distritos mais afetados. Entre as oito milhões de pessoas afetadas, 126 mil são mulheres grávidas, das quais 21 mil necessitarão de cuidados obstétricos nos próximos três meses.

No total, 35 dos 75 distritos das regiões oeste e central do país sofreram os impactos do terremoto e choques subsequentes. Cerca de 90% das instalações de saúde na área rural foram destruídas. A perda de patrimônio cultural foi também avassaladora para um país no qual o setor de turismo é uma das principais fonte de renda.

CARÊNCIAS ESTRUTURAIS

Em consequência do êxodo de mão de obra capacitada em busca de emprego em outros países, de onde possam remeter recursos financeiros para suas famílias, a falta de jovens em idade ativa terá significativo impacto nos esforços de reconstrução. Estima-se que cerca de 1,5 mil nepaleses deixam o país diariamente. Mas não somente isso, o grupo etário da maioria dos mortos no terremoto se encontrava na faixa de 20 a 50 anos. Desde já, está claro que o Nepal se ressentirá da falta de mão de obra qualificada para a recuperação.

O setor manufatureiro contribui com apenas 6% para o PIB do país; o suprimento de eletricidade é precário em todo o território, apesar do grande potencial hidroelétrico. O Banco Asiático de Desenvolvimento já recalculou a projeção de crescimento da economia de 4,6% para 4,2%, mas a redução poderá ser ainda maior.

O Nepal necessitará, além da assistência de primeira hora, da ajuda diligente da comunidade internacional para reconstruir-se e para que as metas de desenvolvimento já alcançadas não sejam revertidas. No entanto, o país poderá beneficiar-se da redução da sua dívida externa ao amparo da iniciativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) "Catastrophe

Foto: Punya/wikimedia

Foto: Divulgação/ADB

> A recuperação do Nepal será longa, mas o cancelamento da dívida poderá garantir estabilidade financeira a longo prazo

Containment and Relief Trust" (CCR), criada em fevereiro último.

O país deve US$ 3,8 bilhões a credores estrangeiros e dispendeu US$ 217 milhões com o serviço da dívida em 2013. Além disso, deve US$ 1,5 bilhão ao Banco Mundial e a mesma soma ao Banco Asiático de Desenvolvimento, bem como US$ 54 milhões ao FMI, 133 milhões ao Japão e 101 milhões à China. Para qualificar-se a receber ajuda do CCR, o país tem de ter tido 25% de sua capacidade produtiva destruída, ter sofrido impacto em um terço de sua população e perdas que ultrapassem o tamanho de sua economia. Os números acima são eloquentes nesse sentido. A recuperação será longa, mas o cancelamento da dívida poderá garantir estabilidade financeira a longo prazo.

O Brasil é único país latino-americano a ter representação diplomática residente em Katmandu. Junto com o Mercosul poderia, no contexto de Cooperação Sul-Sul, contribuir para a recuperação do Nepal a longo prazo, ao estender ao país acesso especial a seu mercado e implementar a decisão, tomada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em Bali, de estender a cobertura de pelo menos 97% para acesso livre de taxas e quotas (DFQF) para países de menor desenvolvimento relativo.

Embora a recomendação tenha sido prioritariamente feita para países desenvolvidos, também aqueles em desenvolvimento foram encorajados a aplicá-la, ainda antes da reunião ministerial de dezembro vindouro. Para além da ajuda humanitária imediata, é hora de estender acesso DFQF às exportações do Nepal para que o país possa sustentar crescimento a longo prazo e não perder a oportunidade de graduar-se até 2022.

▪ **Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa,** Embaixadora do Brasil junto ao Nepal, bacharel em Comunicação Social e especialista em Editoração pela UFRJ. Já serviu em Barcelona, Nova York, Vancouver, Toronto, Nova Delhi e Mumbai.

Desafios dos fluxos migratórios mistos à luz da tragédia no Mediterrâneo[1]

Em 1818, o pintor francês Théodore Géricault surpreendeu o mundo das artes com o monumental quadro "A balsa da medusa". Trata-se de interpretação iconográfica do naufrágio da fragata Medusa, em 1816, que resultou na morte de centenas de pessoas que partiam da França em direção à costa do Senegal.

A bordo da fragata estavam oficiais e figuras de prestígio da sociedade francesa, que puderam se salvar usando os poucos botes salva-vidas à disposição. Destino diferente teve a maioria da tripulação, composta de prisioneiros políticos, escravos e soldados de baixa patente, que morreu afogada. Após 13 dias à deriva, apenas 15 pessoas sobreviveram, agarrando-se, espremidas, aos destroços da embarcação.

Em 19 de abril desse ano, imagens terríveis de outro naufrágio chocaram o mundo. Com cerca de 900 pessoas a bordo, embarcação superlotada que partia da costa da Líbia em direção à ilha de Lampedusa, na Itália, naufragou no Mediterrâneo. O episódio causou a morte de cerca de 850 pessoas que buscavam refúgio na Europa. A tragédia deu nova dimensão ao clamor de refugiados e migrantes que arriscam a vida em alto-mar na busca por abrigo em face de conflitos armados, assim como diante da pobreza acachapante no norte da África (Líbia, Eritreia, Somália) e no Oriente Médio (Síria, Líbano, Palestina).

Reprodução Théodore Géricault – Naufrágio da fragata Medusa

A tragédia também desencadeou acirrado debate político na Europa. Jornal alemão de grande circulação estampou a manchete ambivalente: "Não queremos que se afoguem. Não queremos que venham. O que queremos fazer?". Na edição de final de abril passado, a revista inglesa *The Economist* dedicou matéria especial ao episódio, interpretando os naufrágios que se repetem no Mediterrâneo como resultado da falência moral da política migratória da União Europeia (UE).

CEMITÉRIO NAS ÁGUAS

A realidade é dramática: cerca de 1,7 mil pessoas perderam suas vidas nos quatro primeiros meses deste ano. Em 2014, 3,5 mil mortes foram registradas. O Papa Francisco, por ocasião de discurso no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, em novembro de 2014, registrou: "É preciso que haja uma resposta unificada à questão da imigração. Não podemos permitir que o Mar Mediterrâneo se torne um vasto cemitério".

O drama humanitário no Mediterrâneo ilustra a complexidade da mobilidade humana nos dias atuais. A Organização Internacional para as Migrações estima que há cerca de 230 milhões de migrantes no mundo. Nas últimas décadas, os fluxos migratórios passaram a incorporar características novas, com a diversificação e o crescimento da mobilidade humana em decorrência de conflitos armados ou desastres naturais.

Os movimentos migratórios, com efeito, compreendem não apenas pessoas que se deslocam por razões econômicas

1 As ideias manifestas no presente artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões da Associação dos Diplomatas Brasileiros, tampouco a posição oficial do governo brasileiro.

relacionadas ao desemprego e à pobreza (como é o caso da maioria dos migrantes da Somália e Eritreia). Incluem também aquelas que buscam fugir de situações relacionadas a conflitos armados e à perseguição (é o caso dos deslocados por conflitos armados na Líbia e na Síria).

Têm crescente relevância, ademais, deslocamentos causados por catástrofes naturais (é o caso, em certa medida, dos haitianos). Também não deve ser ignorada, nesse contexto, a ação criminosa de contrabandistas de migrantes e traficantes de pessoas que operam em redes no mundo inteiro.

A crise humanitária em curso no Mediterrâneo não tem caráter meramente migratório. Reflete, na verdade, o contexto geopolítico da região. A Europa está circundada por Estados fragilizados, em termos políticos e institucionais, em consequência de decisões geopolíticas desastradas tomadas ao longo das duas últimas décadas. Em diversas situações, nesse período, potências ocidentais procuraram resolver problemas políticos no Oriente Médio e no norte da África por meio da força. Essa abordagem revelou-se não apenas ineficaz, mas também contraproducente.

Iraque, Líbia e Síria, em parte por conta dessa política míope, foram completamente desestruturados e, hoje, beiram a fragmentação. A Síria, por exemplo, antes da guerra, não oferecia à comunidade internacional ameaça de maior monta, embora não estivesse livre de intrincados problemas internos, com alguns reflexos no plano internacional. Tornou-se, após a atabalhoada intervenção externa com vistas à mudança de regime, um pandemônio, com oito milhões de deslocados internos e quatro milhões de pessoas forçadas a deixar o país.

PERSPECTIVAS À VISTA?

Contra decisões geopolíticas ruins só há um remédio: boas decisões geopolíticas. O debate tem de se dar também nesse plano. Na contramão das políticas de força, seria preciso debater um plano de desenvolvimento para as regiões afetadas por conflitos na Síria, na Líbia, no Iraque e na Palestina. É acertada, nesse contexto, a declaração do presidente da Itália, Sergio Mattarella, de que a solução da crise não será de ordem militar, mas política. "A UE não pode não estar à altura de sua história e seus valores. Ela tem uma responsabilidade histórica frente a esses fenômenos".

A perspectiva de Mattarella parece, porém, não ter prevalecido nas discussões da Reunião Extraordinária do Conselho Europeu, realizada em 23 de abril, com o objetivo de dar resposta imediata à crise humanitária. Os resultados foram desanimadores. Sob o pretexto de combater o tráfico de pessoas, as lideranças europeias resolveram triplicar o orçamento das operações de vigilância e controle no Mediterrâneo para dissuadir os fluxos migratórios.

A proposta de restabelecer as operações humanitárias de resgate, a exemplo da Mare Nostrum, não saíram do papel, sob o argumento de que estimulariam a continuidade do fluxo migratório irregular. A premissa que subjaz à decisão de reforçar as operações Triton e Poseidon é de que a crise humanitária no Mediterrâneo decorreria exclusivamente da atuação de traficantes de pessoas. À luz dessa abordagem, chegou-se a cogitar que fosse o tema levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a obter autorização para ataques militares contra embarcações usadas por migrantes e refugiados.

DIREITOS HUMANOS

Deve ser saudado o comunicado conjunto assinado pelo alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados, o alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o representante especial do secretário-geral para as Migrações Internacionais e o diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações, em resposta às decisões políticas anunciadas pelo Conselho Europeu.

Luciano Pontes / Secom

O documento pondera que: "a situação atual exige medidas que vão além da segurança fronteiriça. A maioria dos casos de auxílio à imigração ilegal não implica o crime de tráfico. É importante manter essa distinção nas declarações e medidas empreendidas em resposta à atual crise. Além disso, as pessoas que recorrem aos que auxiliam a imigração ilegal e que caem vítimas dos traficantes não são criminosas. Aqueles barcos transportam seres humanos que são titulares de direitos humanos e necessitam de ajuda e proteção internacionais".

A experiência internacional tem mostrado que apenas políticas abrangentes, formuladas à luz de abordagem integral dos fluxos migratórios mistos, podem oferecer respostas equilibradas, eficazes e condizentes com os direitos humanos dos migrantes e refugiados. A experiência brasileira recente na questão migratória e de refúgio ilustra o esforço do país em avançar nessa direção.

A política migratória brasileira de concessão de vistos permanentes por razões humanitárias a nacionais do Haiti, assim como a política de refúgio do Brasil para pessoas afetadas pelos conflitos na Síria constituem exemplos de medidas que oferecem canais migratórios regulares e seguros, não obstante o eventual descompasso entre oferta e demanda, que o governo brasileiro, de forma contínua, procura corrigir. O espírito da política de acolhimento humanitário do Brasil consiste em desestimular fluxos migratórios por rotas que coloquem em risco a integridade dos migrantes e refugiados.

Essa perspectiva não é reflexo apenas do reconhecimento da contribuição valiosa da imigração à formação da identidade brasileira. Trata-se de firme convicção de que a mobilidade de pessoas em um mundo cada vez mais integrado assume caráter prioritário na agenda internacional e que a regularização migratória constitui uma das condições mais importantes para assegurar que as migrações sejam vetor de desenvolvimento tanto para os próprios migrantes quanto para as sociedades que os acolhem.

É importante ressaltar que políticas de acolhimento, no plano formal, precisam ser acompanhadas por políticas de integração, no plano local, com especial atenção ao modo como imigrantes e refugiados são incorporados ao mercado de trabalho. O risco de superexploração da mão de obra estrangeira deve ser reconhecido e combatido, não apenas com vigilância contra abusos, mas também com medidas relacionadas à qualificação profissional e ao reconhecimento de competências adquiridas no exterior, tanto em termos profissionais quanto em termos acadêmicos.

Oferecer canais migratórios regulares e seguros e, ao mesmo tempo, ampliar as condições de acolhimento de migrantes e refugiados, não somente na Europa, mas também em outras regiões que recebem fluxos migratórios heterogêneos, constituem os principais desafios que as lideranças políticas deverão ter a coragem de enfrentar. É importante recordar, nesse contexto, que direitos humanos não devem ser defendidos apenas em momentos de abundância e prosperidade. Os direitos humanos devem ser defendidos, sobretudo, em momentos de crise.

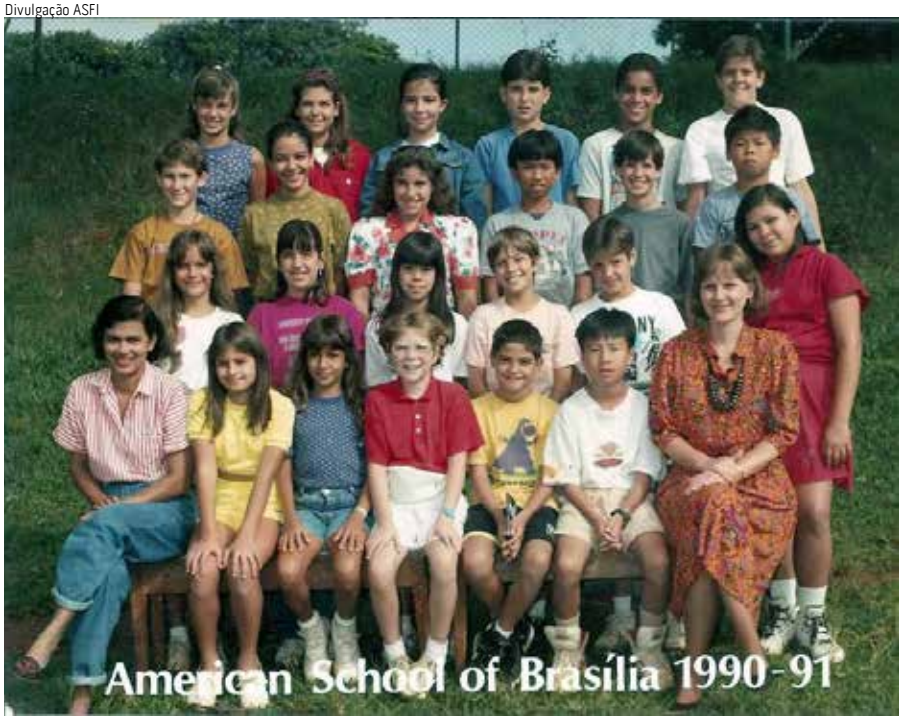
> "A experiência internacional tem mostrado que apenas políticas abrangentes podem oferecer respostas equilibradas, eficazes e condizentes com os direitos humanos dos migrantes e refugiados"

▪ **TS Marcos Vinicios de Araujo Vieira**, sociólogo e subchefe da Divisão de Imigração.
▪ **OC Felipe Dittrich Ferreira**, mestre em Migrações Forçadas (Universidade de Oxford).

Precisamos conversar sobre a educação de nossos filhos

Amizades, aprendizado, vivência cultural e domínio de outras línguas. Tudo isso faz parte da vida de diplomatas que têm filhos e lidam com desafios escolares. Assim como dificuldades, há também vantagens, que, muitas vezes, superam e satisfazem todo o esforço para oferecer uma boa educação aos filhos.

Divulgação ASFI



Uma das principais preocupações das famílias de diplomatas é oferecer uma educação de qualidade aos filhos. Escolher uma boa escola faz parte das decisões a serem tomadas quando um servidor do Itamaraty é deslocado para um novo posto ou quando retorna ao país após ter trabalhado no exterior.

Geralmente, no Brasil, a opção pode ser matricular os filhos nas escolas americanas e francesas que adotam o mesmo currículo e os mesmos períodos em várias partes do mundo. Quando as famílias de diplomatas residem no exterior, a escolha por estas escolas costuma ser mais frequente. Mas também há a opção das escolas locais. Um dos dilemas das escolas americanas e francesas é o alto custo e, no caso de escolas locais, a matrícula dos filhos depende do idioma falado naquele país.

A presidente da Associação dos Familiares de Servidores do Itamaraty (AFSI), entende bem a situação vivenciada por pais e filhos que se deslocam para outros países. Como filha de diplomata, Carolina Vilalva morou em Washington D.C, Pretória, Roma, Brasília, Lisboa e Boston. Como esposa, ela morou novamente em D.C e, atualmente, reside em Santiago.

Carolina é um bom exemplo de uma criança nômade. A sua formação

acadêmica se deu exclusivamente em colégios e universidades americanas. Mas ela também passou por escolas internacionais, como a Escola Americana de Brasília (EAB), a Escola Americana de Lisboa (CAISL) e a Escola Americana de Roma (AOSR). Experimentou, ainda, um colégio público americano em Boston (*Belmont High Scool*).

Após esse período, Carolina cursou Psicologia Clínica e Relações Internacionais na *Tufts University* de Boston e, posteriormente, concluiu uma pós-graduação em *Executive Coaching* na *Columbia University* de Nova Iorque. "Como criança nômade, os desafios mais comuns que enfrentei foram aqueles relacionados às adaptações aos colégios e às novas redes sociais. Batalhei muito com a prática do desapego de pessoas amadas e de círculos de amizades já constituídos", conta a presidente da AFSI, que diz ter aprendido a recomeçar e construir novos laços em cada lugar e em quase todas as escolas que passou.

Divulgação ASFI

"PEIXE FORA D'AGUA"

Ela acredita que conseguiu isso graças ao fato dos pais sempre tentarem manter o mesmo sistema e currículo educacional. "Me sentia segura e aceita em escolas internacionais; onde eu não era o único 'peixe fora d'agua'; éramos todos de lugares e culturas distintas", lembra.

A experiência mais desafiante para Carolina foi estudar numa escola pública dos Estados Unidos, durante os últimos anos escolares. Foi quando percebeu que, apesar de ter conhecimento total do idioma inglês e dominar bem o currículo americano, ela não estava acostumada nem preparada para lidar com uma escola local, que dispunha de poucos recursos para crianças estrangeiras. "Minha 'bolha' estourou e me vi e senti uma 'alien' pela primeira vez dentro do meu ambiente escolar e social. Aos 16 anos – e claro que a idade influi, pois quanto mais velho pior a reintegração, descobri como era difícil fazer amizades em um universo onde todo mundo cresceu junto e ninguém tinha sequer uma referência global", resgata. Acostumada com turmas de no máximo 60 pessoas, ela teve de conviver com turmas de até 250 alunos.

Vânia Vilalva, mãe de Carolina, avalia que a experiência escolar da família foi mais positiva do que negativa. Além da Carolina, 35 anos, ela tem mais três filhas: Carlota, 32 anos, formada em Propaganda e Publicidade; Catarina, 24 anos, graduada em Relações Internacionais e Camila, 22 anos, formada em Ciência da Computação. "Educar os filhos é sempre um desafio, independente do modo de vida de cada família. No nosso caso, minha maior preocupação foi manter o equilíbrio emocional e a coerência dentro do ambiente familiar, mantendo os mesmos valores e princípios, tentando preservar as raízes", relata.

Para que isso desse certo, Vânia conta que tentava contornar as diferenças e obstáculos participando das atividades escolares, trabalhando como voluntária e frequentando reuniões. "Era uma maneira de estar atenta às dificuldades e apoiar as crianças na adaptação. Isso proporciona segurança não só aos filhos, como também aos pais", aconselha.

CONSELHOS E ESCOLHAS

Lilian Santos e o marido também têm muitas histórias e experiências para contar. Ela e o Embaixador Antonino Marques Porto e Santos – atual Cônsul-Geral do Brasil na Bélgica e em Luxemburgo residem há um ano em

Bruxelas, mas já andaram por diversas partes do mundo com os dois filhos. Hoje, já crescidos, os filhos estão no Brasil. O primogênito Leonardo, intérprete e tradutor juramentado, tem 37 anos e vive em Brasília; e Marinela, 31 anos, é psicóloga e psicanalista e mora no Rio de Janeiro.

Os filhos de Lilian rodaram por muitos lugares durante o período escolar. No Uruguai cursaram o ciclo fundamental, primeiro, em espanhol e, depois, em inglês. Já nos EUA estudaram em uma escola pública e no Canadá foram matriculados em escola particular. Por fim, no Brasil Leonardo estudou no INEI, Sigma, UNB e Ceub; enquanto Marinela, passou pelo INEI e por escolas internacionais.

Com todas essas vivências, Lilian elenca vários fatores importantes que devem ser levados em consideração no momento da escolha da escola. "Evidentemente a qualidade do ensino é muito importante, mas também o ambiente no qual eles estudarão. Isso fará uma grande diferença. Eu me refiro sobretudo ao ambiente emocional da escola, se ela tem experiência em acolher expatriados, em proporcionar um ambiente multicultural de aceitação das diferenças e particularidades, onde todos se sintam inseridos e apreciados e que possam preservar suas raízes sem medo ou vergonha de sentirem-se descriminados ou de serem deixados de lado por serem 'diferentes' das outras crianças daquele país", aconselha.

Apesar das dificuldades financeiras, de adaptação e das idas e vindas, Lilian fala com carinho e orgulho dos rumos tomados pelos filhos. Ela reconhece que ver os filhos aprenderem a língua de outros países, ganharem prêmios e reconhecimento pelo mérito em escolas mundo afora foi muito enriquecedor e contribuiu para a autoestima de toda a família. "Além disso, todo aprendizado que eles adquiriram em vários países contribuiu para o que eles são hoje, como adultos. Falam bem quatro línguas (português, inglês, francês e espanhol) e aprenderam a viver dentro de realidades tão distintas e aceitar as diferenças culturais e emocionais das pessoas", conta.

REFERÊNCIA DE BRASILIDADE

Há três meses, Fernanda Santarosa e o marido chegaram de Washington. Estão vivendo em Brasília, com os filhos, gêmeos, de nove anos, que já estudaram em Lima (Garabatos), Brasília (*Affinity Arts*) e em uma escola internacional em Petrória. Atualmente, estão matriculados no Sigma. O casal decidiu que, a cada etapa escolar, eles analisariam as opções de estudos e o contexto dos lugares que estariam morando. Só após pensar bastante, decidiriam onde matricular os filhos. "Os desafios são muitos. A comunicação em todos os níveis certamente é

Confiram outras histórias, dep

Claudia Tomazi vive, atualmente, no subúrbio de Washington. Ela e o marido, que exerce o cargo de ministro no Itamaraty, têm uma filha e um filho, de respectivamente sete e 11 anos. A experiência da família com escolas públicas nos Estados Unidos foi positiva. "O inglês aprendido na escola em Brasília foi muito útil na adaptação aos EUA", conta. Ela lembra que os pais precisam estar atentos ao calendário escolar e à questão do idioma, antes de fazer a matrícula. "Se puder, tente estar mais presente, sendo voluntária, por exemplo", aconselha Cláudia.

Claudia Baena e o marido, embaixador na Guatemala, vivem há um ano neste país. Com dois filhos adultos, de 28 e 30 anos, o casal tem muito a dizer sobre escolas e educação de crianças e adolescentes. Os dois cursaram uma escola americana no Equador, ainda no primário, e seguiram até o final da *high school*. Segundo a mãe, a adaptação foi boa, os filhos aprenderam inglês, espanhol e desenvolveram outras habilidades como música, oratória e esportes. "Acho que a escola americana ofereceu instrumentos para que eles enfrentassem a vida de forma mais prática", avalia Cláudia.

Lidia Araújo e o marido moram em Brasília com seus dois filhos de sete e 10 anos. Francisco, o filho mais velho, estudou em escola pública em Nova Iorque, no INEI e atualmente estuda na Escola Americana de Brasília, junto com o irmão caçula. "O principal desafio vem dos altos custos da educação no exterior e da dificuldade de conseguir vagas em escolas internacionais em muitos postos", relata. "A escola pública em Nova Iorque era muito boa e meu filho foi muito feliz durante o jardim de infância", completa. Lídia recomenda que, ao

o primeiro obstáculo na chegada, depois entender o sistema educacional e cultural característico de cada país e socializá-los promovendo encontros com os novos colegas em casa ou em atividades desportivas extraclasses. É um trabalho árduo, mas recompensador", relata Fernanda.

Quando estavam no exterior, Fernanda e o Conselheiro Felipe Santarosa, sempre ofereceram aulas semanais de português, além de iniciar os filhos na literatura infantil brasileira. O propósito sempre foi incentivar a prática da língua materna e arraigar aspectos de brasilidade no cotidiano dos filhos.

Na volta ao Brasil os pais se surpreenderam quando um dos filhos disse que queria estudar numa escola brasileira. Os pais ficaram orgulhosos: "Apesar de terem vivido somente dois anos no Brasil, eles queriam aprender e viver a vida no Brasil, sem a carga emocional que a vida diplomática impõe", comemora Fernanda.

Durante a transição do sistema americano para o brasileiro, os pais sentiram dificuldades, pois a escola brasileira não possui o mesmo suporte que os americanos têm para adaptação de alunos que chegam de outros países. Para amenizar os problemas e apoiar os filhos, Fernanda criou o hábito de estudar juntos, no horário de estudo familiar. "Tem sido muito bacana auxiliá-los e ver o progresso e interesse deles com o sistema brasileiro, considerado por eles muito mais forte e exigente do que o americano", conclui, satisfeita.

oimentos e dicas

procurar escolas, os pais fiquem atentos a alguns aspectos, como o projeto educacional, o número de alunos por sala, a estrutura física e o tempo de deslocamento de casa até a escola. "Apesar dos desafios, educar os filhos em vários países proporciona ganho cultural significativo e experiência de vida enriquecedora", destaca.

Fabíola Saldanha mora em Brasília, é procuradora da Fazenda Nacional e trabalha acordos internacionais e na análise de operações financeiras externas da União. É mãe da Júlia, 15 anos, e da Clara, com nove anos. Atualmente, as duas filhas estudam no Liceu Francês François Mitterrand. A primeira foi alfabetizada em Genebra, na Suíça, onde estudou na *Ecole Primaire de Coppet*, um estabelecimento público. Posteriormente, seguiu seus estudos no *Lycée Van Gogh*, em Haia, escola privada do sistema francês no exterior. Nesta cidade a outra filha frequentou uma creche privada bilíngue holandês-inglês, a *Grote Beer*. "Tivemos excelentes experiências nestas instituições. De todas elas, a menos preparada para lidar com a situação específica do aluno estrangeiro foi a escola suíça. Isso demandou de nós, pais, um esforço adicional, além de ter sido fonte de angústia e estresse até que nossa filha dominasse a língua francesa", arremata Fabíola.

Associação dos Familiares de Servidores do Itamaraty

SOBRE A AFSI

Desde 2013, os diplomatas podem contar com o apoio da Associação dos Familiares de Servidores (AFSI), que surgiu para organizar uma rede de apoio e intercâmbio de informações entre as famílias e os servidores do Itamaraty, além de representar e defender interesses comuns. "A AFSI foi criada para facilitar essa troca de informações pertinentes às vidas familiares dos servidores do ministério", esclarece Carolina.

A AFSI possui uma página no Facebook que conta com mais de 540 integrantes ativos. A associação criou outro perfil para discutir especificamente sobre escolas no exterior. "Esse grupo virou uma verdadeira base de dados das escolas no mundo inteiro, classificadas por cidade", explica a presidente da AFSI. "Nossa missão é disponibilizar e formalizar esse canal de troca de informação sobre diversos temas e estabelecer uma rede de apoio entre os nossos associados que representam famílias de todos os tipos", completa.

O CONSELHO DE SEGURANÇA, AS MISSÕES DE PAZ E O BRASIL NO MECANISMO DE SEGURANÇA COLETIVA DAS NAÇÕES UNIDAS

UZIEL, Eduardo

(2ª edição, Brasília, Funag, 2015, 326 páginas; ISBN: 978-85-7631-536-0; Coleção CAE)

São quatro capítulos, intercalados, tratando das Nações Unidas e suas missões de paz, da experiência brasileira nessa matéria, do processo decisório no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sobre essas operações e do Brasil como participante das missões autorizadas pelo CSNU. O posfácio a essa segunda edição não atualiza o conjunto do livro, mas discute aspectos da participação brasileira nessas operações, atualmente concentrada majoritariamente no Haiti.

O Brasil, apesar de "espasmódico", é o 18º contribuinte do sistema, se é que se pode falar de sistema, pois as Nações Unidas não possuem forças regulares e tudo é decidido ad hoc, segundo a conveniência do Conselho de Segurança, que ainda tem algumas heranças da Guerra Fria. O interessante da obra é que, além de repassar a literatura acadêmica, o autor conhece o *inner functionning* do "sistema", o que nem sempre é captado por observadores externos.

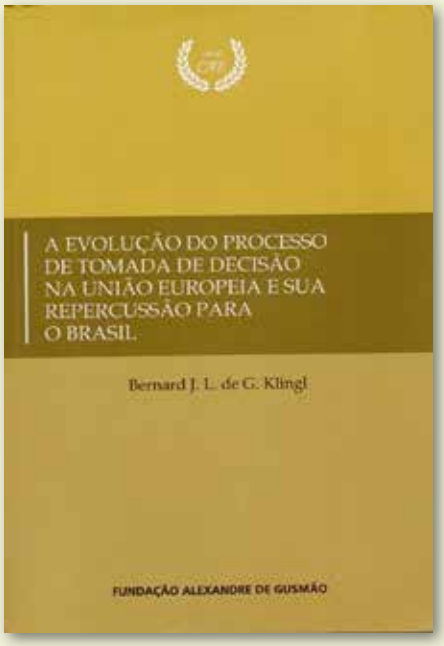
A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NA UNIÃO EUROPEIA E SUA REPERCUSSÃO PARA O BRASIL

KLINGL, Bernard J. L. de G.

(Brasília, Funag, 2014, 300 páginas; ISBN: 978-85-7631-530-8; Coleção CAE)

Tudo o que você sempre quis saber sobre a integração europeia e não tinha a quem perguntar. Agora já sabe pelo menos onde ler: nessa tese de CAE que, a pretexto de falar sobre o processo decisório comunitário, cobre, na verdade, todo o itinerário da integração. Partindo da mais remota antiguidade – sim, o mito da neta de Poseidon – até o tratado de Lisboa, passando pela Idade Média, e pela pré-história dos arranjos comunitários (o tratado da CECA, de 1951), até os tratados que precederam Lisboa: Maastricht, Amsterdã e Nice.

Tudo isso para constatar quão difícil é conciliar os interesses difusos de seus quase trinta membros (e outros batendo às portas) nesse mosaico de povos, culturas e de políticas econômicas contraditórias, a despeito dos esforços supranacionais de coordenação. O último capítulo trata do Brasil.



ECONOMIA CRIATIVA: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

MADEIRA, Mariana Gonçalves

(Brasília, Funag, 2014, 321 páginas; ISBN: 978-85-7631-509-4; Coleção CAE)

Três partes nessa tese original, talvez a primeira, certamente no Itamaraty, mas também na academia, em uma área pouco devassada, na teoria e na prática. Na verdade, toda economia deveria ser criativa, como demonstrado na primeira parte, que se ocupa do tema teoricamente, mas também reflete o trabalho que em torno dela foi feito por entidades como a UNCTAD.

A segunda parte trata da economia criativa em alguns países tanto desenvolvidos (Austrália, Reino Unido) quanto em desenvolvimento (China, Índia e África do Sul). A terceira, finalmente, trata do Brasil e do papel do Itamaraty, como não poderia deixar de ser, em princípio na área cultural, mas extravasando para a promoção comercial e a exportação de bens tangíveis e intangíveis. No Brasil, o que há de mais criativo é a burocracia da Receita Federal (mas isso não faz parte da tese).

SANÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA: DIREITO INTERNACIONAL E PRÁTICA BRASILEIRA

BAUMBACH, Marcelo

(Brasília, Funag, 2014, 271 páginas; ISBN: 978-85-7631-524-8; Coleção CAE)

Antigamente, o formato mais usado para sanções era um grande porrete ou as canhoneiras. As da Liga das Nações, contra a Itália, invasora da Etiópia, por exemplo, não funcionaram. Depois, com a ONU, os países precisam ao menos legitimar um dos muitos regimes de sanções possíveis: contra o terrorismo, o racismo, a proteção de civis e a não proliferação, sendo aplicadas por meio de embargos financeiros, restrições comerciais, denegação de transportes, até a intervenção.

O Brasil já aplicou sanções contra o *apartheid* sul-africano, assim como vem respeitando todas as demais sanções estabelecidas em resoluções do CSNU. Não é fácil o monitoramento das sanções, pois ao se pretender evitar efeitos sobre as populações, acaba facilitando-se a vida dos violadores contumazes do direito internacional. Mas, antes isso que o porrete, não é?

A APLICAÇÃO DOS ATOS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

BENJAMIN, Daniela Arruda

(Brasília, Funag, 2014, 360 páginas; ISBN: 978-85-7631-519-3; Coleção CAE)

Antigamente, na velha República, não se sabia quem devia quanto a credores externos, tal foi a orgia de empréstimos feitos por estados e municípios junto a banqueiros estrangeiros. Atualmente, parece que não sabemos ao certo quantos atos internacionais, exatamente, obrigam o Brasil no plano internacional.

A legislação é silente sobre a incorporação desses atos ao ordenamento interno e o Brasil se ressente de uma verdadeira processualística dos atos internacionais que discipline e enquadre todo o processo de negociação, assinatura, exame congressual, eventual aprovação, ratificação, promulgação de cada um deles. Nem tudo é um caos, obviamente, pois o Itamaraty mantém um controle efetivo sobre esse processo, mas outros órgãos do Estado estão concluindo atos internacionais um pouco como quem vai às compras.

INDÚSTRIA DE DEFESA E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO: ESTUDO COMPARADO FRANÇA-BRASIL

MELO, Regiane de

(Brasília, Funag, 2015, 314 páginas; ISBN: 978-85-7631-540-7; Coleção CAE)

A autora teve uma oportunidade valiosa: ter sido convidada pelo governo francês para frequentar o prestigioso curso de Altos Estudos em Defesa do Institut de Hautes Études en Défense Nationale, o que lhe permitiu acumular conhecimento suficiente para fazer esse trabalho. Talvez a designação de "estudo comparado" seja um pouco forçada, uma vez que, a despeito de um mesmo espírito gaullien nos nossos militares, existiriam poucos pontos em comum entre os dois establishments vinculados à defesa.

É muito provável que os dois países precisem um do outro para objetivos nesse terreno, mas por motivos bastante diferentes e não similares, politicamente ou até estrategicamente. O Brasil quer construir uma base tecnológica e industrial de defesa como a da França, um dos quatro países-chave na área? Pode ser, mas vai custar caro.

Associado(a),

Estamos reformando o nosso *site* para melhorar a comunicação com você. Aguarde as novidades!

Nós também já estamos no Facebook.

Curta a nossa *fanpage* e acompanhe as nossas ações.

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS (ADB)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329–A,
CEP: 70170–900
Brasília – Brasil
Telefones: (61) 2030-6950 / 3224-8022
Fax: (61) 3222-0504
E–mail: adb.diplomatas@gmail.com
Site: www.adb.org.br